

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUINTA-FEIRA
20 DE ABRIL DE 2023



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



ArcelorMittal Gonvarri Brasil Produtos Siderúrgicos S.A.

CNPJ Nº 02.235.994/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparadas com o exercício de 2021. Os documentos contábeis que suportam as demonstrações financeiras, bem como o relatório dos auditores independentes datado de 06/04/2023, estão à disposição de V. Sas. na sede da companhia. Araucária (PR), 20 de abril de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	38.336	28.466	Fornecedores	268.803	344.961
Contas a receber de clientes	290.915	341.584	Financiamentos	4.016	41
Estoque	238.384	329.820	Impostos e contribuições a recolher	37.371	33.952
Tributos a compensar	27.877	41.414	Salários e encargos sociais	9.877	8.760
Dividendos a receber	-	847	Dividendos propostos e JCP	36.809	97.604
Outras contas a receber	1.897	5.991	Obrigações com partes relacionadas	6.098	6.477
Total do ativo circulante	597.409	748.122	Outras contas a pagar	25.372	29.171
			Total do passivo circulante	388.346	520.966
Não circulante			Não circulante		
Tributos a compensar	64.330	52.677	Financiamentos	43.956	31.868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.996	27.646	Provisão para riscos	642	839
Depósitos judiciais	145	228	Outras contas a pagar	1.710	215
Outras contas a receber	275	-	Total do passivo não circulante	46.308	32.922
	106.746	80.551			
Investimentos	66.510	61.292	Patrimônio líquido		
Imobilizado	188.836	135.909	Capital social	80.581	80.581
Intangível	1.062	991	Reservas de capital	140.196	140.196
Direito de uso	1.830	183	Ajustes de avaliação patrimonial	27	199
	258.238	198.375	Reservas de retenção de lucros	306.935	252.184
Total do ativo não circulante	364.984	278.926	Total do patrimônio líquido	527.739	473.160
Total do ativo	962.393	1.027.048	Total do passivo e patrimônio líquido	962.393	1.027.048

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	Reserva de Capital		Reservas de retenção de lucros					Total	
	Capital Social	Ágio em subscrição	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Lucros retidos a realizar	Capital de giro	Reserva de lucro		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2020	80.581	140.196	432 (233)	16.116	158.215	18.494	-	-	414.034
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	233	-
Deliberação AGO para lucro 2020 (após publicação):	-	-	-	-	-	(17.223)	-	17.223	-
Reversão proposta Administração	-	-	-	-	-	-	-	(17.223)	(17.223)
Dividendos sobre lucros do ano	-	-	-	-	(124.784)	-	74.870	(49.914)	(124.784)
Realização e destinação da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	176.151	176.151
Lucro líquido do exercício 2021	-	-	-	-	-	-	-	176.151	176.151
Destinação do lucro de 2021	-	-	-	-	-	-	-	(21.050)	(21.050)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(28.838)	(28.838)
Dividendos sobre lucros do ano	-	-	-	-	-	-	-	(21.050)	(21.050)
Reserva estatutária capital de giro, reserva de lucro e lucros a realizar	-	-	-	-	50.419	63.194	12.883	(126.496)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.581	140.196	199 (172)	16.116	83.850	64.465	87.753	-	473.160
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	-	-	-	-	172	-
Deliberação AGO para lucro 2021 e lucros retidos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos sobre lucros de 2021 – complemento	-	-	-	-	-	-	-	208	208
Destinação de Lucros 2021 para reservas - complemento	-	-	-	-	-	13.091	(12.883)	(208)	-
Destinação de Lucros retidos realizados no ano - complemento	-	-	-	-	-	74.871	(74.871)	-	-
Realização e destinação da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(24.022)	-	-	95.979	95.979
Lucro líquido do exercício 2022	-	-	-	-	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Destinação do lucro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	(64.151)	(64.151)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Reserva de lucros a realizar e reserva de lucro	-	-	-	-	13.871	50.280	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.581	140.196	27	16.116	73.699	152.427	64.693	-	527.739

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

1. Informações sobre a Companhia
A ArcelorMittal Gonvarri Brasil Produtos Siderúrgicos S.A. ("a Companhia") tem como objeto principal a industrialização e o comércio de aços laminados planos, visando atender, entre outras, as indústrias automobilística, de máquinas e implementos agrícolas e metal mecânica em geral. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e unidade industrial em Araucária (PR), unidade industrial em Hortolândia (SP). A unidade industrial de Glorinha foi inaugurada em 26 de setembro de 2022, iniciando a operação com 2 linhas de corte, com capacidade de atendimento de clientes em soluções de corte transversal e longitudinal.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. A elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis que foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos às estimativas e premissas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, a análise da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, a perda com estoques obsoletos, a previsão da provisão de redução a valor de mercado dos estoques, o imposto de renda e contribuição social diferidos, a provisão para riscos e dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, sendo as diferenças de conversão de moeda reconhecidas na demonstração do resultado.

2.1) Apuração do resultado:
O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Os impostos sobre vendas são deduzidos das receitas de vendas e os créditos de impostos não cumulativos sobre as compras são deduzidos dos valores registrados nos estoques.

2.2) Ativos circulante e não circulante:
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada como redução das contas

a receber de clientes e foi constituída por montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção e ajustados quando necessário, por provisões para itens obsoletos e/ou provisões para ajuste a valor de mercado. Os impostos e contribuições a compensar consistem, principalmente, de crédito de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) sobre juros de indêbitos tributários, de saídos credores de IRPJ e CSLL social, bem como de IPI, ICMS, PIS e COFINS gerados nas operações. Quando aplicável, os ativos monetários são ajustados pelo seu valor presente. Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou provisão para ajuste a valor presente e/ou de mercado.

2.3) Imobilizado:
Os principais ativos imobilizados estão avaliados pelo custo atribuído (valor justo) e os demais ativos são registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a vida útil econômica dos bens, a qual é revisada periodicamente. Anualmente a Companhia reavalia a necessidade de provisão para perda por ajuste ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

2.4) Passivos circulante e não circulante:
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. Quando aplicável, os passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente.

3. Investimentos
A Companhia possui participação de 50% na empresa MAG Aliança Automóveis do Brasil SSC S.A., localizada em Resende (RJ), que atua no mesmo segmento da investidora. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

4. Transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais de mercado, equivalentes àquelas praticadas com terceiros.

5. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)
O IRPJ e a CSLL são calculados com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação, aplicando-se as alíquotas vigentes. A Companhia reconheceu créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias, os quais não possuem prazo prescricional e são apresentados líquidos no balanço patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	2022	2021
Receita líquida de vendas e dos serviços prestados	3.255.421	2.476.294
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(3.077.527)	(2.222.283)
Lucro bruto	177.894	254.011
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(9.619)	(11.042)
Despesas gerais e administrativas	(19.669)	(23.622)
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.978)	(28.215)
	(57.266)	(62.879)
Equivalência patrimonial	4.371	1.765
	(52.895)	(61.114)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	124.999	192.897
Despesas financeiras	(20.055)	(6.170)
Receitas financeiras	17.142	6.375
Resultado financeiro	(2.913)	205
Lucro antes dos impostos sobre os lucros	122.086	193.102
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(40.457)	(30.570)
Diferido	14.350	13.619
Lucro líquido do exercício	95.979	176.151
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	296	544

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Das operações		
Lucro líquido Antes dos Impostos	122.086	193.102
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	12.701	9.441
Provisão para <i>management fee</i>	5.911	294
Provisões diversas	25.514	5.021
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	(357)	271
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	113	39
Provisão para redução a valor de mercado dos estoques	3.038	303
Provisão para riscos	(197)	24
Resultado de equivalência patrimonial	(4.371)	(1.765)
Créditos de IRPJ/CSLL sobre juros de indêbitos tributários	-	(40.258)
Juros e encargos de variações cambiais	(2.890)	10
	161.548	166.482
Redução (aumento) dos Ativos		
Contas a receber de clientes	50.556	(164.874)
Estoque	88.398	(219.081)
Impostos a compensar	7.530	193.368
Demais ativos operacionais	3.863	(5.332)
	150.347	(195.919)
Aumento (redução) dos Passivos		
Fornecedores	(76.160)	153.886
Impostos e contribuições a recolher	1.869	(99.609)
Demais Passivos operacionais	(34.440)	15.743
	(108.731)	70.020
Impostos de renda e contribuição social pagos	(38.907)	(150)
Juros pagos sobre financiamentos	(1.220)	(109)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	163.037	40.324
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	(62.042)	(72.528)
Recuperação pela venda de ativo imobilizado	1.869	23
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(61.643)	(72.505)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captações de financiamentos de longo prazo	11.686	31.524
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(102.195)	(54.411)
Pagamento de arrendamentos (principal)	(1.015)	(242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(91.524)	(23.129)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	9.870	(55.310)
No início do período	28.466	83.776
No final do período	38.336	28.466
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	9.870	(55.310)

6. Provisão para riscos
A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista, cível e tributária em andamento nas esferas administrativa e judicial. Os processos que, com base na opinião dos assessores jurídicos, apresentam prognóstico de perda provável estão provisionados, enquanto aqueles cuja perda é considerada possível ou remota não foram objeto de qualquer provisão.

7. Patrimônio líquido
O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está representado por 323.875.390 ações sem valor nominal. A destinação dos resultados é efetuada de acordo com o Estatuto Social, sendo os lucros não realizados excluídos da base de cálculo dos dividendos até a sua efetiva realização em caixa.

8. Seguros
A Companhia tem cobertura de seguros para riscos patrimoniais, de responsabilidade civil e de crédito em montantes considerados suficientes pela Administração.

9. Instrumentos financeiros
A Companhia utiliza instrumentos financeiros, quando relevante, exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações de valor de moedas e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

10. Eventos relevantes
A Companhia efetuou investimentos relevantes nos anos de 2021 e 2022, que referem-se, principalmente, à nova unidade industrial no Estado do Rio Grande do Sul e ao projeto de ampliação da unidade Hortolândia, ambos finalizados em 2022. A fábrica do RS foi financiada pelo BRDE.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Juan Maria Riberas Mera – **Presidente**
Eduardo Fares Zanotti
Jesus Calvo Moreira
Jorge Luiz Ribeiro de Oliveira
Juan Silvestre Latorre
Paulo Henrique Wanick Mattos

DIRETORIA EXECUTIVA
Henrique da Costa Naves
Diretor Geral
Paulo Roberto Jung
Diretor Administrativo Financeiro
Volmir Fank
Contador CRC SC-017657/O-9 T-PR

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SPACECOMM MONITORAMENTO S.A | CNPJ: 09.070.101/0001-03 | NIRE: 41300082073

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Diretores e Acionistas da
Spacecomm Monitoramento S.A.
 Curitiba - PR

Opinião sem Ressalva
 Examinamos as demonstrações financeiras da **Spacecomm Monitoramento S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Spacecomm Monitoramento S.A** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 05 de Abril de 2023.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC-PR Nº 6.472/O-1
 VALDAIR MARTIMIANO
 CONTADOR CRC-PR Nº 042.482/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em Milhares de Reais		2022		2021		2022		2021	
ATIVO	Nota					PASSIVO	Nota		
CIRCULANTE		64.529	26.166	CIRCULANTE		20.842	16.846		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	50.615	12.820	Fornecedores	12	2.217	3.040		
Contas a receber de Clientes	5	5.055	1.719	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	377	365		
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	6	6.762	9.182	Obrigações Fiscais e Tributárias	14	17.018	12.337		
Tributos a Recuperar		8	5	Provisão p/ Férias e 13º Salários e Encargos	15	1.144	1.104		
Estoques	7	1.986	2.276	Outras Obrigações		86	0		
Outros Direitos Realizáveis		103	164						
				NÃO CIRCULANTE		40	65		
NÃO CIRCULANTE		53.597	49.795	Provisões para Contingências	16	40	65		
Direitos Realizáveis		854	2.096						
Depósitos Judiciais	8	21	35						
Tributos Diferidos	9	808	2.038	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	97.244	59.050		
Outros Direitos Realizáveis LP		25	23	Capital Social		10.125	10.125		
Imobilizado	10	48.796	43.734	Reservas de Lucros		87.119	48.925		
Intangível	11	3.947	3.965						
TOTAL DO ATIVO		118.126	75.961	TOTAL DO PASSIVO		118.126	75.961		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros		Reserva Especial de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros a disp. dos Acionistas			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10.125	2.025	3.990	27.628	22.627	-	66.395
Lucro do exercício						32.635	32.635
Dividendos pagos							
- Transferência de Reserva de Lucros para Reservas a Realizar			27.628	(27.628)			-
Destinações Propostas no Exercício:							
- Constituição de reservas de Lucros a disposição				16.318		(16.318)	-
- Dividendó Mínimo obrigatório (Retido)					2.943	(2.943)	-
- Dividendos Pagos			(3.978)		(22.628)	(13.374)	(39.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10.125	2.025	27.640	16.318	2.942	-	59.050
Lucro do exercício						59.411	59.411
- Transferência de Reserva de Lucros para Reservas a Realizar				16.318		(16.318)	-
Destinações Propostas no Exercício:							
- Constituição de reservas de lucros a disposição				29.609		(29.609)	-
- Dividendó Mínimo obrigatório (Retido)					29.802	(29.802)	-
- Dividendos Pagos			(18.275)		(2.942)		(21.217)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.125	2.025	25.683	29.609	29.802	-	97.244

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Método indireto)

Eventos	2022		2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	90.311	48.622		
Ajustes por:				
Provisão p/ Férias e Encargos	40	123		
Provisão p/ Contingências	(25)	65		
Alienações do Ativo Imobilizado	2.260	2.244		
Depreciação e Amortização	21.344	17.973		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.670)	(18.025)		
Resultado Ajustado	84.260	51.002		
(Aumento)/Redução dos Ativos:				
Contas a Receber de Clientes	(3.338)	9.237		
Tributos a Recuperar	(3)	2		
Estoques	290	(1.184)		
Depósitos Judiciais	14			
Outros Direitos Realizáveis	61	1.186		
(Aumento)/(Redução) dos Passivos:				
Fornecedores	(823)	987		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	(15)		
Obrigações Fiscais e Tributárias	4.681	2.058		
Lucros a Pagar	-	(11.250)		
Outras Obrigações	86	-		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	85.240	52.023		
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aplicações no Imobilizado	(28.648)	(26.080)		
Adiantamento a Funcionários e Fornecedores	2.420	(4.007)		
Caixa Líquido Usado das Atividades de Investimento	(26.228)	(30.087)		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	(21.217)	(39.980)		
Instituições Financeiras	0	(13)		
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades de Financiamento	(21.217)	(39.993)		
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	37.795	(18.057)		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	12.820	30.877		
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	50.615	12.820		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Eventos	2022		2021	
Receita Operacional Líquida	18	158.102	118.114	
Custos dos Produtos e Serviços Prestados	19	(59.793)	(50.142)	
Lucro Bruto		98.309	67.972	
Despesas/Receitas Operacionais	20	(11.146)	(20.408)	
Despesas com Pessoal		(3.879)	(3.347)	
Despesas Gerais e Administrativas		(10.778)	(9.806)	
Despesas Comerciais		(8.471)	(13.748)	
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		11.982	6.493	
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		87.163	47.564	
Receitas Financeiras		3.469	1.182	
Despesas Financeiras		(321)	(124)	
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		90.311	48.622	
IR e CS Correntes		(29.670)	(18.025)	
IR e CS Diferidos		(1.230)	2.038	
Resultado Operacional		59.411	32.635	
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		59.411	32.635	
Quantidade de ações no fim do período		10.125	10.125	
Lucro básico e diluído por ações - em Reais		5,87	3,22	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Eventos	2022		2021	
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		59.411	32.635	
Movimentação do Período		-	-	
Resultado Abrangente do Período		59.411	32.635	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Nota 1. Contexto Operacional

A Spacecomm Monitoramento S.A., ("Companhia" ou "Spacecomm") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba-Pr, Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 09.070.101/0001-03, com registro na JUCEPAR NIRE 41300082073, e tem como atividade principal Serviços de Monitoramento de Sistemas de Segurança, tendo iniciada suas atividades em 22/08/2007.

Atualmente a Companhia é um dos principais players do mercado de prestação de serviços de monitoramento de sistemas de segurança, tendo como foco principal a atuação junto às Secretarias de Segurança Pública Estaduais.

A Spacecomm atua no desenvolvimento de produtos e soluções de segurança pública, telecomunicações e tecnologia da informação. Atualizada, moderna e fortemente voltada ao desenvolvimento tecnológico próprio, busca desenvolver soluções diferenciadas e inteligentes, sempre visando a melhor relação custo x benefício para seus clientes.

Em 2002, através de parcerias estratégicas, a Spacecomm deu início ao desenvolvimento e fornecimento de portais de voz para atendimento automatizado de empresas de comunicações, tais como emissoras de rádio e TV.

Em 2005, a Companhia começou a estudar soluções na área de segurança pública através do monitoramento remoto de sentenciados em liberdade condicional. Já em 2010, iniciou no estado de São Paulo a primeira operação de grande porte de monitoramento de sentenciados no Brasil.

A Spacecomm é hoje a maior Companhia de monitoramento de sentenciados

da América Latina atuando em 16 estados, tendo monitorado mais de 300.000 sentenciados distintos, com uma média de 67.000 monitorados/dia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da companhia em 05 de abril de 2023.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração

da companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa (nota explicativa "4"), nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia possui Contas a Receber de Clientes (nota explicativa "5"), nessa classificação.

- Passivos Financeiros

A companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, no caso da companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa "12").

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa "7".

2.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa "10".

2.7 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis, conforme demonstrado na nota explicativa "11".

2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços, conforme mencionamos na nota explicativa "12".

2.9 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.10 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da companhia.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais

correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Regime tributário da companhia é o Lucro Real.

2.12 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da companhia, conforme mencionado na nota explicativa "18".

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Caixa e Bancos	35	40
Aplicação de Liquidação Imediata	50.580	12.780
	<u>50.615</u>	<u>12.820</u>

Nota 5. Contas a Receber de Clientes

Os saldos estão registrados pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade da companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, e são decorrentes de operações comerciais com empresas ligadas menos a provisão para perdas no recebimento de clientes "PCLD" (impairment). O saldo está assim composto:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Contas a Receber de Clientes	39.027	34.265
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(33.972)	(32.546)
	<u>5.055</u>	<u>1.719</u>

Nota 6. Adiantamentos Funcionários e Fornecedores

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Adiantamentos a Empregados	129	86
Adiantamentos a Fornecedores	6.633	9.096
	<u>6.762</u>	<u>9.182</u>

Nota 7. Estoques

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Estoque De Materiais	1.986	2.276
	<u>1.986</u>	<u>2.276</u>

Nota 8. Depósitos Judiciais

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Depósitos Judiciais Trabalhistas	21	35
	<u>21</u>	<u>35</u>

Nota 9. Tributos Diferidos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Imposto De Renda - Diferido	594	1.499
Contribuição Social - Diferido	214	539
	<u>808</u>	<u>2.038</u>

Nota 10. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

	31 de Dezembro 2021				31 de Dezembro 2022			
Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Baixas	Depreciação Residual	Transferências	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Residual
Computadores E Periféricos	2.488	789	(9)	(847)	-	2.421	-	2.421
Movéis E Utensílios	257	281	(35)	(47)	-	456	-	456
Maquinas Apar. E Equipamentos	6.985	926	(1.059)	(1.865)	-	4.987	-	4.987
Instalacoes	1	-	-	(1)	-	-	-	-
Equipamentos De Monitoramento	34.003	26.652	(1.157)	(18.566)	-	40.932	-	40.932
	<u>43.734</u>	<u>28.648</u>	<u>(2.260)</u>	<u>(21.326)</u>	-	<u>48.796</u>	-	<u>48.796</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da companhia no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a saber:

	31 de Dezembro 2022			31 de Dezembro 2021		
Imobilizado	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Residual	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Residual
Computadores E Periféricos	5.793	(3.372)	2.421	5.032	(2.544)	2.488
Movéis E Utensílios	586	(130)	456	351	(94)	257
Maquinas Apar. E Equipamentos	9.584	(4.597)	4.987	11.368	(4.383)	6.985
Instalações	1	(1)	0	1	0	1
Equipamentos	84.243	(43.311)	40.932	63.023	(29.020)	34.003
De Monitoramento						
	<u>100.207</u>	<u>(51.411)</u>	<u>48.796</u>	<u>79.775</u>	<u>(36.041)</u>	<u>43.734</u>

Nota 11. Intangível

A composição dos saldos está assim demonstrada:

	31 de Dezembro de 2021	Amortização de 2022	31 de Dezembro de 2022
Sistema De Monitoramento	3.800	-	3.800
Softwares	90	(18)	72
Marcas	5	-	5
Patentes De Invenção	12	-	12
Cessão De Licenças	58	-	58
	<u>3.965</u>	<u>(18)</u>	<u>3.947</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no intangível da companhia no período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, a saber:

	31 de Dezembro de 2022			31 de Dezembro de 2021		
Imobilizado	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Residual	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Residual
Sistema De Monitoramento	3.800	-	3.800	3.800	-	3.800
Softwares	164	(92)	72	164	(74)	90
Marcas	5	-	5	5	-	5
Patentes De Invencao	12	-	12	12	-	12
Cessao De Licencias	58	-	58	58	-	58
	<u>4.039</u>	<u>(92)</u>	<u>3.947</u>	<u>4.039</u>	<u>(74)</u>	<u>3.965</u>

Nota 12. Fornecedores

A companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), representando R\$ 2.217 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.040 em 31 de dezembro de 2021).

Nota 13. Obrigações Sociais, Trabalhistas e Provisões Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Salários	-	21
Férias	-	3
13º Salário A Pagar	-	-
Inss A Recolher	289	261
Fgts A Recolher	88	80
Contr Entidades De Classe A Pagar	-	-
	<u>377</u>	<u>365</u>

Nota 14. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Irrf A Recolher	161	128
Contr Sociais Retido A Recolher	1	1
Imposto De Renda A Recolher	2.666	2.687
Contr Social A Recolher	955	963
Irpj Estimativa A Recolher	1.483	1.589
Csll Estimativa A Recolher	599	602
Irpj Lucro Real A Recolher	6.576	3.161
Csll Lucro Real A Recolher	2.381	1.193
Cofins A Recolher	1.568	1.407
Pis A Recolher	344	306
Iss A Recolher	2	85
Icms A Recolher	282	215
	<u>17.018</u>	<u>12.337</u>

Nota 15. Provisão para Férias e 13º Salário

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Provisão Para Férias	846	816
Provisão Para Inss Sobre Férias	231	223
Provisão Para Fgts Sobre Férias	67	65
	<u>1.144</u>	<u>1.104</u>

Nota 16. Provisão para Contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R\$ 40 (Em 2021 R\$ 65).

As ações classificadas como perdas possíveis, representam R\$ 1.280 (Em 2021 R\$ 1.280), para as quais não são requeridos os correspondentes registros contábeis como provisões para contingências, apenas divulgação em nota explicativa.

Nota 17. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 10.125.000 ações, sendo 5.062.500 ações ordinárias nominativas com direito a voto e 5.062.500 ações preferenciais sem direito a voto, subscritas e integralizadas da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Capital Subscrito	10.125	10.125
	<u>10.125</u>	<u>10.125</u>

Reservas de Lucros

i) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do Capital Social.

ii) Reserva de Lucros a disposição dos acionistas

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. Esse montante pode ser retido mediante a decisão da Assembleia.

Nota 18. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2022
--	------------------------

Nota 21. Receitas e Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
(+) Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	55	42
Rendimentos Com Aplic Financeiras	3.402	1.108
Juros Ativos	1	30
Descontos Obtidos	11	2
Total Receitas Financeiras	3.469	1.182
	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
(+) Despesas Financeiras		
Juros, Multas E Encargos Financeiros	(88)	(48)
Variações Monetárias Passivas	(120)	(41)
Irrf/Iof Operações Financeiras	(112)	(34)
Descontos E Abatimentos Concedidos	(1)	(1)
Total Despesas Financeiras	(321)	(124)

Nota 22. Lucro por Ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício/período.

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Lucro Atribuível aos Acionistas da Companhia	59.411	32.635
Quantidade Ações Ordinárias e Preferenciais em Circulação	10.125	10.125
Lucro (Prejuízo) Básico por Ação - R\$	5,87	3,22

Nota 23. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 24. Evento subsequente

Em junho de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- A Companhia revisou o impacto da crise no contas a receber, em função do possível aumento do risco de crédito, porém não identificou impactos relevantes decorrentes deste tema para o período em questão. De qualquer forma, a Companhia continua monitorando esse tema para o ano de 2023.

A Companhia revisou o impacto no fluxo de caixa, em função da mudança no comando da economia em função do resultado das eleições de 2022, prevendo um fluxo de caixa menor para o exercício de 2023. Por cautela, os administradores tomaram as seguintes medidas:

- Reter o valor de dividendos obrigatório apurados no exercício de 2022.
- Reduzir o crescimento dos custos e despesas para o exercício de 2023.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
 CNPJ nº 05.104.205/0001-30 - NIRE nº 41300020159 ("Companhia")
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **Confluência Energia S/A** a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na modalidade **Sempre presencial**, no dia 27 (vinte e sete) de abril de 2023, às 10 horas, na **Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Gonçalves Dias, nº 531, Bairro Batel, CEP 80.240-340**, e por meio eletrônico na plataforma Microsoft Teams, nos moldes permitidos pelo parágrafo único do Art. 121 da Lei 6.404/76 e pela Seção VIII, do Anexo VI- Manual de Registro de Sociedade Anônima, da Instrução Normativa DREI nº 81, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 2022; e (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2022 e, caso haja, a distribuição de dividendos aos acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Reeleição dos membros do conselho de administração da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. O Acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. A participação e o exercício de voto dos acionistas que estiverem participando pelo meio eletrônico serão realizados pela plataforma digital Microsoft Teams. Como forma de preservar a segurança das informações na realização da Assembleia, todas as orientações de acesso, tais como: links, logins e senhas, serão disponibilizados, de forma segura aos acionistas, através de e-mail em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia. É de responsabilidade do Acionista providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, caso sua participação ocorra de forma eletrônica. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Eventuais dúvidas podem ser dirimidas por meio do e-mail (jurídico@cer-energia.com.br) ou pelo telefone (3091-1500). Curitiba, 19 de abril de 2023. **Bruno Henrique Pimenta da Silva** e **Carla Gonçalves Marcondes** - Diretores da Companhia.



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA



TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**



CURITIBA

Prefeitura Municipal de Curitiba URBS - Urbanização de Curitiba S.A.

Av. Presidente Affonso Camargo, 330
Rodoferrviária - Bloco Central
80060-090 JD. Botânico Curitiba/PR
Tel. 41 3320-3000 / 3320-3232
www.urbs.curitiba.pr.gov.br

URBS – Urbanização de Curitiba S/A

URBS – Urbanização de Curitiba S/A Relatório da Diretoria – Exercício 2022

APRESENTAÇÃO

A URBS, controlada pelo Município de Curitiba, o qual possui 99,92% de suas ações, é a empresa responsável pelas ações estratégicas de planejamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxis, transporte escolar, fretamento e motofrete, motoristas de aplicativo, EstaR eletrônico, além do gerenciamento e administração de equipamentos urbanos instalados em espaços públicos (bancas de revistas, quiosques, Rodoviária, Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso, Rua 24 Horas, Lojas #CuritibaSuaLinda, etc).

AVANÇOS E DESTAQUES – TRANSPORTE COLETIVO

Desde março é aceito dos usuários do transporte coletivo, cartão de débito e crédito a vista, para pagamento da passagem, além de relógios inteligentes e smartphones. A funcionalidade está ativa, nos 22 terminais e nas 335 estações-tubo da cidade. Com a ampliação para os ônibus com validador, todas as 254 linhas da capital passam a oferecer a tecnologia.

Com o crescimento do vandalismo de aproximadamente 30% em um ano, gerando um prejuízo de R\$ 2 milhões no transporte coletivo, a URBS mantém equipe própria e terceirizada para atender demandas provocadas pelo vandalismo, percorrendo os terminais diariamente para fazer a vistoria e apontar falhas. Esse reforço tem ajudado a reduzir o tempo de resolução dos problemas e o desconforto dos usuários do sistema, sendo que o tempo médio de reparo hoje é inferior a 24 horas.

A Guarda Municipal desenvolve um trabalho específico para inibir diversos tipos de delitos por meio da Patrulha do Transporte Coletivo. Equipes fazem rondas, mantêm presença em estações-tubo e terminais e fazem operações estratégicas que incluem abordagem a pessoas dentro dos ônibus. Também são atendidas situações de repressão a danos, tentativas de invasão e roubos e aquelas relacionadas à importunação sexual dentro de ônibus, com a condução dos suspeitos à delegacia, após acionamento da vítima ou de testemunhas, pelo telefone de emergência 153 da Guarda Municipal.

Com o fim da vigência da lei 15881/2022, que era referente ao aporte emergencial, cujo a definição do custo estava sendo calculado mensalmente, foi elaborado o termo aditivo nº 08, o qual estipulou que o cálculo tarifário e definição da Tarifa Técnica continuasse sendo mensal o que possibilita detectar com maior frequência as variações operacionais na prestação do serviço.

Os créditos do cartão-transporte que não venceram na pandemia, ganharam mais um ano de validade a partir de 28 de fevereiro de 2022, quando acabou o regime emergencial no transporte coletivo que vigorou no período de restrições por conta da covid-19. Os créditos "pandêmicos", na prática, ganharam um prazo de validade de três anos, até fevereiro de 2023. Para os créditos adquiridos a partir de 28 de fevereiro de 2022, no entanto, a validade é a prevista em lei, de um ano.

Os terminais de ônibus e equipamentos administrados pela URBS vêm passando por melhorias contínuas, com os seguintes serviços executados: manutenção das coberturas; plataformas; elevadores; pavimento; gradis; guaritas; hidráulicas; elétricas; instalação de gradis; secadores de mão; lixeiras; floreiras; pintura de bancos; reforma de sanitários; substituição de vidros; troca de lâmpadas, pinturas, dentre outros.

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba conta atualmente com 252 linhas urbanas operadas por 03 (três) Consórcios de empresas privadas que disponibilizam uma frota operante de 1.058 ônibus de diferentes padrões e capacidades. As linhas realizam, em média, por dia, 11.392 viagens, percorrendo mais de 237 mil km e transportou, em média, 550 mil passageiros por dia útil, devido aos redimensionamentos motivados pela pandemia, todas as 254 linhas passaram por intervenções neste período, totalizando 511 intervenções em tabelas horárias das linhas. A RIT transporte em média, 999 mil passageiros por dia útil e o número de passageiros pagantes equivalentes contabilizou em torno de 450 mil passageiros em dias úteis.

Nos últimos anos, a utilização do cartão-transporte tem apresentado avanços. O pagamento da tarifa do transporte via cartão confere ao usuário agilidade e rapidez nas operações de embarque e desembarque, além de segurança para passageiros e operadores, uma vez que a circulação de dinheiro diminuiu inibindo ações de roubos ou assaltos em ônibus, estações e terminais. A utilização de cartão transporte para o pagamento da tarifa representou 78,88% do total de tarifas pagas ao sistema mensalmente. Este percentual vem crescendo nos últimos anos, de 2017 pra cá cresceu em torno de 18%.

Para fazer o cartão-transporte os usuários devem agendar o atendimento pelo site www.urbs.curitiba.pr.gov.br, marcando o dia, horário e local do atendimento dentre os dez postos de atendimento da URBS pela cidade, para serviços como extrato financeiro do cartão, emissão da primeira ou segunda via do cartão Usuário, cartão Isento para idosos ou pessoas com deficiência física ou cartão estudante.

Outra opção é através do URBS Móvel, onde um micro-ônibus que percorre os bairros da cidade e oferece à população serviços ligados ao transporte coletivo, como confecção do cartão transporte, desbloqueio, atualização e troca de limite.

A cada semana, o ônibus percorre uma regional da cidade e cada dia está em um local diferente, sempre próximo a pontos de referência e maior fluxo de pessoas.

Uma novidade é que, desde março é aceito dos usuários do transporte coletivo, cartão de débito e crédito a vista, para pagamento da passagem, além de relógios inteligentes e smartphones. A funcionalidade está ativa, nos 22 terminais e nas 335 estações-tubo da cidade. Com a ampliação para os ônibus com validador, todas as 254 linhas da capital passam a oferecer a tecnologia.

Neste ano foram realizados 401.734 atendimentos nas Ruas da Cidadania e Rodoviária, com a emissão de 93.023 novos cartões na modalidade Usuário, totalizando 1.946.375 pessoas que possuem cartão nesta modalidade, e 3.749 cartões na modalidade Estudante. Esse último confere ao usuário o benefício do Passe Escolar, que proporciona a aquisição de passagens pela metade do preço. Atualmente, 7.122 estudantes são beneficiários do Passe Escolar. Além disso, o sistema conta também com 216.953 cartões ativos na modalidade Isento, que confere gratuidade no transporte para pessoas idosas acima de 65 anos, pessoas com deficiência, aposentados por invalidez, agentes de fiscalização e operadores do sistema (motoristas, cobradores, etc.).

Em 2022 houve a instalação de totens em todos os postos de atendimento, como forma de facilitar o acesso ao sistema de agendamento (mesmo fora do horário de expediente), aos solicitantes dos serviços que não possuem acesso a Internet. E ainda, a implantação do "Agenda on line" sistema da Prefeitura Municipal de Curitiba, que oferece maior facilidade e segurança no acesso ao agendamento dos serviços. E a inclusão de diversos serviços relacionados ao cartão transporte no PROCEC, que é o balcão de atendimento virtual da Prefeitura Municipal de Curitiba, onde poderá ser anexada a documentação exigida para análise e assim, o usuário deve comparecer pessoalmente apenas para recebimento do cartão. Ocorreu ainda a ampliação do Posto de Atendimento de Santa Felicidade, proporcionando maior conforto aos usuários e colaboradores, bem como o aumento da capacidade diária de atendimento.

O sistema de integração temporal, permite que o cidadão utilizando apenas o cartão transporte faça uso de mais de uma linha de ônibus sem a cobrança de uma segunda tarifa e sem a necessidade de trocar de linha dentro de um terminal. Essa funcionalidade está disponível em diversas linhas e estações tubo. O sistema de integração entre terminais de transporte e Ruas da Cidadania também adota a utilização do cartão transporte para conexão entre esses equipamentos. Esse procedimento facilitou o acesso aos serviços públicos disponibilizados nas Ruas da Cidadania, com tempo de utilização entre 5 minutos e 2 horas. A funcionalidade da integração temporal beneficiou 1.155.104 usuários, sendo 1.047.754 que utilizaram o cartão para integrar entre linhas da RIT e 107.350 que usufruíram da integração entre terminais e Ruas da Cidadania.

No trecho sul da Linha Verde, cinco estações-tubo têm integração temporal. São elas: São Pedro, Marechal Floriano, Fanny, Santa Bernadethe e Xaxim. Nesse caso a regra de integração é válida de um tubo para o outro. Isso significa que passageiros de linhas que desembarquem em alguma das estações participantes podem mudar o trajeto embarcando no tubo do outro lado da via. O tempo de integração é de cinco minutos.

Na estação-tubo Santa Quitéria, os passageiros da linha Vila Velha/ Burity podem

integrar, com um período máximo de duas horas, com a linha Inter 2 (horário) e Inter 2 (anti-horário) e com a linha 702 Caiuá-Cachoeira.

A linha Interbairros I, diferentemente das demais integrações temporais possíveis na cidade, que são feitas a partir de pontos determinados, tanto sentido horário quanto anti-horário, permite integração em qualquer ponto e linhas do sistema, seja ônibus na rua, estações-tubo ou terminais. Aprática é válida tanto para quem está no Interbairros I e deseja entrar em outra linha quanto no sentido inverso – o passageiro está em outra linha e deseja entrar no Interbairros I. O tempo de integração é de duas horas.

A mais recente integração temporal implantada foi na Cruz do Pilarzinho, em abril. Com a conclusão das obras da região, foi ativada uma "estação" de integração, formada por dois conjuntos de três pontos cobertos - um de cada lado da via. A integração beneficia passageiros de sete linhas de ônibus. No local é permitida a conexão entre as linhas convencionais 170 Bracatinga, 171 Primavera, 169 Jardim Kosmos e 166 Vila Nori e com as linhas circulares 020 Interbairros II (horário) e 021 Interbairros II (anti-horário). A linha alimentadora 924 Sta Felicidade/Sta Cândida, que tem ponto nas proximidades da Cruz do Pilarzinho, também faz parte da integração temporal com as demais. O tempo de conexão é de 60 minutos para quem vai fazer a integração com os Interbairros II e de duas horas para quem vem pelas linhas circulares e vai integrar com as demais.

Em março, já havia sido implantada a integração temporal de 60 minutos na Paróquia São Pedro no Umbará entre as linhas 643 Umbará com 641 Luiz Nichele, 639-Fururama, 683 -Futurama/Sítio Cercado e 528-Boqueirão/Pinheirinho.

A equipe de vistoriadores da URBS realiza inspeções periódicas em todos os veículos do Transporte Coletivo de Curitiba de forma a garantir as condições de qualidade e segurança dos serviços prestados. Em 2022, foram realizadas 4.275 inspeções veiculares. Durante a Semana Nacional do Trânsito (19 a 23 de setembro), foi realizado treinamento de condução e produto, em teste operacional do veículo elétrico XY040, marcando o início da entrada do transporte público curitibano na era da eletromobilidade.

A equipe de fiscalização emitiu 6.243 autos de infração ao regulamento do transporte coletivo, que podem ser objeto de até dois recursos pelas operadoras, ou também de medidas saneadoras que podem ou não ser aceitas pela URBS em troca da multa pecuniária e ainda acompanharam 489 ações especiais como orientação em desvios de itinerários, atendimento em acidentes e eventos de grande porte, totalizando o número, de 1.718 efetivos disponibilizados para atender estes eventos durante o ano.

SERVIÇOS DE TÁXI

Os serviços de táxi contam atualmente com uma frota de 2.178 veículos, sendo 1.979 tipo convencional, 187 tipo executivo, 9 tipo compartilhado de uso convencional e 3 tipo especial para taxistas com deficiência. A frota tem idade média de 3,56 anos.

No segmento de Transporte Escolar, o serviço conta atualmente com 994 veículos cadastrados. Quanto ao serviço de transporte remunerado de passageiros de natureza privada, também conhecido como Fretamento, são atualmente 141 veículos cadastrados. Para o serviço de transporte individual de passageiros, até dezembro a URBS recebeu o registro de 22.523 motoristas dos quais 11.732 tiveram as credenciais emitidas. Já para a execução de serviços de motofrete, atualmente são 2.278 motocicletas cadastradas e 1.176 condutores regularmente registrados como motofretistas.

Foram realizadas 1.425 inspeções em táxis, 1.648 em veículos do transporte escolar, 285 em veículos utilizados para as atividades de fretamento e 124 para o serviço de motofrete.

GESTÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A URBS responde atualmente pela gestão de 1.084 permissões de uso relacionadas a espaços e equipamentos urbanos, tais quais bancas de revistas e quiosques instalados por toda a cidade, boxes da Rua da Cidadania Matriz, espaços comerciais localizados nos terminais da RIT, no Mercado Municipal Capão Raso, na Rua 24 Horas, no Centro Comercial Rui Barbosa, nas Ruas da Cidadania, em logradouros públicos e na Rodoviária de Curitiba. Atua ainda na gestão de contratos de concessão, como o do Novo Mobilário Urbano, do Centro de Eventos Positivo, da Mídia Embarcada, dentre outros.

A Rodoviária, além de seus espaços comerciais, abriga também 36 agências de viagem que comercializam diariamente passagens para viagens estaduais e interestaduais. Foram registrados 4.622.889 embarques, desembarques e passageiros em trânsito, um crescimento de mais de 130% em relação ao ano anterior.

A URBS administra os estacionamento do Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso e Rodoviária, onde foram atendidos 185.079, 136.766 e 196.957 usuários, respectivamente. Ainda, gerencia e opera os sanitários públicos de Curitiba, localizados no Terminal Guadalupe, Praça Osório, Rua da Cidadania da Matriz, Parque Barigui, Rua 24 Horas, Arcadas do Pelourinho e Arcadas de São Francisco. Esses equipamentos registraram o atendimento a 575.441 usuários.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A Receita Operacional cresceu cerca de 28,5% em relação a 2021, e representou a monta de R\$ 115,1 milhões. A receita auferida é oriunda, principalmente, das operações relacionadas ao gerenciamento do transporte coletivo, administração da Rodoviária e da exploração comercial de permissões e equipamentos urbanos.

Ao final do exercício, a empresa apurou lucro contábil na monta de R\$ 34 mil.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela URBS responderam pelo registro de 29.529 protocolos na Central 156 e em torno de 7,9 milhões de informações ao cidadão via telefone. Foram prestados, pela Ouvidoria da empresa, 518 atendimentos envolvendo demandas da população e segmentos específicos. Além disso, foram enviados pela Câmara de Vereadores 14 Projetos de Lei para análise técnica e 310 pedidos de informação, os quais foram respondidos pelas equipes técnica e jurídica da URBS e encaminhados via Ouvidoria.

A Área de Tecnologia da Informação registrou cerca de 18,1 milhões de acessos ao portal eletrônico da URBS.

Em atendimento ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação, a URBS recebeu e respondeu 365 solicitações que versavam, em sua grande maioria, sobre o gerenciamento do Transporte Coletivo de Curitiba, no intuito de garantir a transparência em seus atos, disponibilizando ao cidadão todas as informações relacionadas ao controle, estrutura e funcionamento dos serviços públicos por ela gerenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da URBS agradece a confiança e o apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração Municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

Curitiba, 05 de abril de 2023.

OGENY PEDRO MAIA NETO	PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL
Presidente	Diretoria Administrativa e Financeira
ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO	VALÊNCIO DOS ANJOS NARLOK
Diretor de Operações	Contador – CRC/PR nº 059.666/O

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
CIRCULANTE		66.543.044,64	35.479.297,83		
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	45.659.082,19	20.931.729,94		
Contas a receber	5	11.557.129,91	10.672.623,11		
Adiantamentos à Funcionários		895.080,35	694.056,73		
Adiantamentos à Fornecedores		-	(67,89)		
Outras Contas a Receber	06/18	6.579.032,53	1.813.629,94		
Impostos a recuperar		872.073,55	941.472,68		
Estoques		980.646,11	425.853,32		
NÃO CIRCULANTE		69.201.085,26	67.585.371,71		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.397.149,35	16.184.297,21		
Depósitos Judiciais	7	16.855.440,20	15.859.254,72		
Empréstimos Compulsórios		325.042,49	325.042,49		
Parcelamentos à Receber L/P		216.666,66	-		
INVESTIMENTOS	8	19.327.451,88	18.487.451,60		
Imóveis Não destinados a venda		19.285.251,88	18.445.251,60		
Outros Investimentos		42.200,00	42.200,00		
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9	32.476.484,03	32.913.622,90		
Imóveis		36.524.296,65	37.364.296,93		
Equipamentos e instalações		6.133.280,08	5.466.523,65		
Veículos		40.720,60	222.134,00		
Outras Imobilizações		145.721,59	141.649,63		
Intangível		253.181,97	230.073,97		
Depreciação e amortização acumulada		(10.620.716,86)	(10.511.055,28)		
TOTAL DO ATIVO		135.744.129,90	103.064.669,54		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

PASSIVO	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
CIRCULANTE		63.435.177,46	59.708.678,99		
Fornecedores	10	8.356.260,08	10.807.679,37		
Contas a Pagar	11/20	23.711.343,49	15.338.113,44		
Salários e ordenados a pagar		1.901.431,61	1.555.474,64		
Obrigações Sociais	12	5.588.569,46	4.766.523,58		
Obrigações Tributárias	13	5.112.115,47	4.472.278,55		
Parcelamentos Tributários	13	509.950,42	2.444.121,62		
Precatórios e RPV's		1.471.000,57	-		
Provisão p/férias e encargos sociais		7.968.789,45	10.374.929,72		
Obrigações por planos comunitários	14	7.383.324,47	7.373.554,61		
Adiantamentos de Clientes (FUC)		71.123,16	71.123,16		
Outras Contas à Pagar		1.361.269,28	2.505.182,30		
NÃO CIRCULANTE		65.883.269,35	42.647.164,88		
Valores Vinculados		7.196,80	7.196,80		
Provisão para contingências	16	59.329.596,71	35.858.506,06		
Obrigações Tributárias - LP	13	1.863.990,86	1.863.990,86		
Parcelamentos Tributários - LP	13	4.682.484,98	4.935.462,08		
Outras Obrigações - LP		-	(17.990,92)		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	6.425.683,09	708.825,67		
Capital Realizado	17a	101.736.172,00	85.714.616,00		
Adiantamento Para Futuro	17b	966.858,00	966.858,00		
Aumento de Capital		21.469.538,95	31.808.230,95		
Reservas de Capital		36.461.957,70	36.461.957,70		
Reservas de Reavaliação	17c	(154.242.836,98)	(154.253.359,98)		
Resultados acumulados		33.993,42	10.523,00		
Resultado do Período					
TOTAL DO PASSIVO		135.744.129,90	103.064.669,54		

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODOS FINDOS (em R\$) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO DE 2021

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	115.137.443,44	89.569.466,88
Receita de Prestação de Serviços	114.997.157,44	89.248.199,93
Receita de Revenda de Mercadorias	140.286,00	321.266,95
DEDUÇÕES	(11.960.733,74)	(8.941.661,88)
Impostos e Contribuições s/ Vendas	(11.960.733,74)	(8.940.394,88)
Descontos Incondicionais	-	(1.267,00)
RECEITA LÍQUIDA	103.176.709,70	80.627.805,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(95.952.984,87)	(52.251.789,08)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(3.594,68)	(149.392,76)
LUCRO BRUTO	7.220.130,15	28.226.623,16
DESPESAS OPERACIONAIS	14.110.172,06	(35.843.049,13)
Despesas gerais e administrativas	14.108.058,20	(35.558.797,84)
Despesas com Vendas	(73.167,75)	(28.163,70)
Despesas financeiras	(1.410.227,68)	(874.949,89)
(-) Receitas financeiras	5.453.970,11	3.433.526,29
Variações Monetárias Passivas – Juros s/ Parcelamentos	(3.968.460,82)	(1.924.598,06)
Outras Despesas	-	(890.065,93)
RESULTADO OPERACIONAL	21.330.302,21	(7.616.425,97)
OUTRAS RECEITAS	(21.296.308,79)	7.626.948,97
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	33.993,42	10.523,00
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	0,33	0,12

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DEZEMBRO DE 2021 (em R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2020	84.144.961,00	2.466.858,00	16.000.000,00	122.079,00	16.122.079,00	36.774.032,99	(154.565.435,27)	(15.057.504,28)
AUMENTO DE CAPITAL	1.569.655,00	(1.500.000,00)	5.619.360,00	-	5.619.360,00	-	-	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (em R\$)		
	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	33.993,42	10.523,00
Depreciação e amortização	109.661,58	252.729,99
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	(7.549.246,70)	(7.657.036,47)
Contas a receber	(884.506,80)	(4.727.873,32)
Outros direitos realizáveis	(4.765.402,59)	(459.058,44)
Impostos a recuperar	69.399,13	(283.449,18)
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	(1.212.852,14)	(1.768.537,66)
Adiantamento a fornecedores	(67,89)	
Adiantamento a funcionários	(201.023,62)	(345.881,71)
Estoques	(554.792,79)	(72.236,16)
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	25.491.602,37	(504.409,96)
Fornecedores	5.921.810,76	2.556.767,13
Salários e encargos sociais	(2.060.183,30)	5.951.503,82
Impostos, taxas e contribuições diversas	(724.963,50)	510.001,17
Provisão para contingências	23.471.090,65	889.392,45
Valores transitórios/Planos comunitários	9.769,86	(49.527,00)
Adiantamentos de clientes	-	54,21
Outras contas a pagar	(1.125.922,10)	(295.809,79)
Obrigações p/ reincorporação de imóveis	-	(10.066.791,95)
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	18.086.010,67	(7.898.193,44)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de Investimentos	(840.000,28)	950.000,89
Aquisição de bens do ativo imobilizado	327.477,29	(292.137,13)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	(512.522,99)	657.863,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	16.021.556,00	1.569.655,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	5.661.308,00	4.119.360,00
Reserva de Subvenções e Doações p/ Investimento	-	10.066.791,95
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	21.682.864,00	15.755.806,95
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES		
	39.256.351,68	8.515.477,27
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	20.931.729,94	12.416.252,67
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	45.659.082,19	20.931.729,94

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber, Nota 6 – Outras Contas a Receber; Nota 9 – Imobilizado e Intangível e Nota 16 – Provisões para Contingência.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)/2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.3 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição

e estão classificados no ativo circulante.

3.4 IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº9.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.

3.5 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 16.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 59.329.596,71 em 31 de dezembro de 2022, conforme Nota Explicativa nº 16.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros. Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

3.7 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros que sejam suficientes para consumir o montante total desses tributos diferidos.

3.8 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.9 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.10 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.11 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em

laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

3.12 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EM VIGOR

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas, acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)	Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes. Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento. A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.	A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações financeiras. Preliminarmente não foi verificada a existência de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil. Por outro lado, como Arrendador a Companhia possui contratos de locação e/ou sublocação de imóveis que em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Caixas	1.176.412,94	595.062,09
Bancos	13.961,23	260.439,47
Aplicações Financeiras	44.468.708,02	20.076.228,38
TOTAL	45.659.082,19	20.931.729,94

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas às modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Valores a receber planos comunitários	6.943.690,29	6.963.416,44
Contas a receber de permissionários	29.460.875,46	28.556.642,51
TOTAL	36.404.565,75	35.520.058,95

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Permissionários	(17.848.530,50)	(17.848.530,50)
Planos comunitários	(6.998.905,34)	(6.998.905,34)
TOTAL PCLD	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO

11.557.129,91 10.672.623,11

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos ao contas a receber, relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Em 31 de dezembro de 2022, a Composição das contas a receber por idade de vencimento, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
A vencer	2.241.400,98
Vencido até 30 dias	642.646,21
Vencido de 31 a 60 dias	416.271,50
Vencido de 61 a 90 dias	302.074,10
Vencido de 91 a 120 dias	281.583,22
Vencido de 121 a 150 dias	301.237,92
Vencido de 151 a 180 dias	304.812,44
Vencido acima de 180 dias	24.970.849,09
Total	29.460.875,46

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R\$ 6.943.690,29 (R\$ 6.963.416,44 em 2021) se referem a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2.018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está composta da seguinte maneira:

Descrição	Valor
Vencidos em 1990 a 1995	24.450,51
Vencidos em 1996 a 2000	2.467.286,98
Vencidos em 2001 a 2005	4.076.751,13
Vencidos em 2006 a 2010	361.243,61
Vencidos em 2011 a 2013	13.958,06
Total	6.943.690,29

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2022	2021
Prefeitura Municipal de Curitiba	966.839,61	411.065,38
Valores a ressarcir – PREFEITURA	55.997,59	182.827,01
Valores a ressarcir – SETRAN	2.802.713,24	(1.164.009,72)
Valores a ressarcir – IPPUC	105.749,35	151.556,46
Parcelamentos a Receber (Curto e Longo Prazos)	3.869.926,39	2.101.724,20
Contas a receber diversas	(1.080.009,60)	130.466,61
TOTAL	6.721.216,58	1.813.629,94

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 16.855.440,20 em 31 de dezembro/2022 (R\$ 15.859.254,72 em 2021) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades, conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que em muito breve, a referida análise será concluída.

	2022	2021
Imóveis não destinados à venda	19.285.251,88	18.445.251,60
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	19.327.451,88	18.487.451,60

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2022 e o imediatamente anterior:

CONTA	TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	2022	2021
				Líquido	Líquido
Direito de uso de linhas telefônicas	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	-5.266.470,77	2.689.063,01	2.885.908,73
Instalações	10%	545.372,55	-101.239,57	444.132,98	6.617,46
Máquinas e equipamentos	10%	1.957.559,27	-1.620.545,15	337.014,12	323.269,60
Móveis e utensílios	10%	1.706.413,05	-1.431.209,71	275.203,34	149.670,13
Equipamentos de computação	20%	1.923.935,21	-1.912.769,65	11.165,56	5.654,99
Terrenos	0%	3.104.268,78	0,00	3.104.268,78	3.709.883,12
Terrenos (reavaliação)	0%	25.464.494,09	0,00	25.464.494,09	25.698.880,03
Veículos	20%	40.720,60	-37.042,90	3.677,70	4.809,30
Outros	10 e 20%	126.565,89	-122.875,20	3.690,69	30,67
Diversos		0,00	0,00	0,00	0,00
Intangível	20%	253.181,97	-128.563,91	124.618,06	1.336,05
Totais		43.097.200,89	-10.620.716,86	32.476.484,03	32.805.215,78

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (96,25%), no total de R\$ 31.257.825,88, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (*impairment*). Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	2022	2021
Fornecedores diversos	8.123.503,62	10.728.170,18
Remessas recebidas em consignação	288.495,10	118.065,71
Obrigações a pagar	<u>(55.738,64)</u>	<u>(38.556,52)</u>

TOTAL 8.356.260,08 10.807.679,37

O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2022, está composto conforme quadro abaixo, sendo o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

	2022
Copel Distribuição S.A.	6.726.387,17
Intersept Segurança Ltda.	641.083,01
Evolution Smart Ind. e Com. Ltda.	368.125,00
Prodeserv Serviços Ltda	191.962,08
Outros	<u>625.770,45</u>

TOTAL 8.553.327,71

O saldo de R\$ 6.726.387,17 da COPEL se refere em quase sua totalidade, ao parcelamento de faturas vencidas até Dezembro/2017, no montante de R\$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 parcelas, das quais 61, no valor de R\$ 10.252.174,35 já foram liquidadas.

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2022, estão compostos da seguinte maneira:

	2022	2021
Acordo judicial	15.434.459,10	10.746.106,38
Fundação Alpha	894.968,00	763.094,86
Medipar/Unimed	1.988.296,91	1.512.804,90
Shopping Popular/Rua 24 Horas	598.504,79	605.634,11
SSP – Rodoferrviária	252.393,14	252.393,14
Repasse PMC - Estar Eletrônico	4.542.721,55	1.456.999,53
Diversos	0,00	1.080,52
TOTAL	23.711.343,49	15.338.113,44

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	2022	2021
INSS	5.128.159,10	4.645.861,13
FGTS	<u>460.410,36</u>	<u>120.360,45</u>

TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS 5.588.569,46 4.766.221,58

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R\$ 7.186.470,04, relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017.

Assim, no exercício a Companhia efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017), bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil – RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolidação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R\$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Desta forma, naquele exercício foram contabilizados R\$ 10.176.763,30 como longo prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal. Dos valores incluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foi pago em 2022, o valor de R\$ 3.125.124,68 (parcelas 59 a 71/145).

Demonstrativo das Obrigações Tributárias:

	2022	2021
IRRF	596.261,69	410.012,08
IPTU	389.072,12	389.082,12
IRPJ	1.826.524,14	1.824.542,09
CSLL	678.691,63	678.691,63
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	160.184,55	101.596,80
PASEP	192.113,61	309.605,64
COFINS	1.232.736,96	754.133,57
ISS	(36.520,77)	(10.925,55)
ICMS	0,00	15.540,17

TOTAL CURTO PRAZO 5.039.063,93 4.472.278,55

PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	<u>1.608.260,10</u>	<u>1.608.260,10</u>

TOTAL LONGO PRAZO 1.863.990,86 1.863.990,86

TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS 6.903.054,79 6.336.269,41

	2022	2021
Parcelamentos		tributários

TOTAL 6.903.054,79 6.336.269,41

INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	593.499,97	2.357.715,62
PERT/DÍVIDA ATIVA	<u>107.869,61</u>	<u>86.406,00</u>

TOTAL CURTO PRAZO 701.369,58 2.444.121,62

INSS - PARCELAMENTO ORDINÁRIO	0	166.571,10
COFINS	<u>4.682.484,98</u>	<u>4.768.890,98</u>

TOTAL LONGO PRAZO 4.682.484,98 4.935.462,08

TOTAL PARCELAMENTOS 5.383.854,56 8.402.830,66

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem o convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

15. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/maio/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com intervenção da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado, em razão do convênio supramencionado. Durante o exercício 2021 foi promovida a baixa do referido valor contabilizado (R\$ 10.066.791,95), tendo em vista a inexistência de dívidas perante o Governo do Estado do Paraná, conforme Protocolo nº. 01-049.754/2020.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão no montante de R\$ 59.329.596,71 (R\$ 35.858.506,06 em 2021) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Trabalhistas	29.017.073,81	16.972.273,81
Cíveis, tributários e administrativos	30.265.877,90	18.839.587,25
Desapropriações judiciais	<u>46.645,00</u>	<u>46.645,00</u>

TOTAL 59.329.596,71 35.858.506,06

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em 575 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

Até 31 de dezembro de 2018 não haviam sido realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista volume de ações não ser significativo e das mais variadas naturezas o que tornava inexecuível concluir acerca dessas ações até o final daquele exercício. A partir do exercício de 2019 foi efetivado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão de grande parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou e contabilizou no exercício as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 749 processos de natureza cível, tributária e administrativa, incluindo-se neste montante os processos derivados da extinta Diretran. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros. Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, que carecia da conclusão dos trabalhos de levantamento das ações em que é parte, a fim de ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

No entanto, a partir do exercício de 2019, com base na conclusão de grande parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou e contabilizou no exercício, as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram devidamente adequadas as contabilizações das ações consideradas como perda provável.

Processos judiciais não provisionados – Passivos Contingentes

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remoto. Abaixo demonstramos os valores das ações cujo risco é possível:

	2022
Trabalhistas	4.549.925,18
Cíveis, tributários e administrativos	79.170.113,83
Ação Civil Pública Ministério Público Estadual	<u>8.676.093.839,40</u>

TOTAL 8.759.813.878,41

Dentre as ações cíveis classificadas como risco de perda possível, que possuem o montante de R\$ 8.759.813.878,41, destaca-se a ação movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a partir da deflagração da "OPERAÇÃO RIQUIXÁ, em 2017, conduzida pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, na qual investiga-se suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública. O Ministério Público do Estado do Paraná requer, entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, em decorrência da suposta fraude à licitação e restrição da competitividade no processo referente à concessão para operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba. Conforme informação dos assessores jurídicos, inicialmente o juízo de primeiro grau havia declarado a decadência do direito pleiteado pelo Ministério Público (nulidade do edital 005/2009) o que extinguiu a ação. Porém no segundo grau a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná reformou, entendendo não haver decadência e ordenando o retorno dos autos ao primeiro grau para julgamento. Dessa decisão de reversão foram apresentados 3 recursos: Embargos de Declaração, Recurso Especial e no exercício 2022, Agravo em Recurso Especial. O processo deverá seguir para análise no STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas ainda aguarda resposta das outras partes ao recurso apresentado pela URBS, sendo que não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda.

Conclusão dos levantamentos e catalogação das ações

A atual Administração, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, informa que está em vias de concluir tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual das ações de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, possibilitando um melhor reconhecimento contábil, cuja análise jurídica, considerou perda provável das ações, resultando no provisionado montante de R\$ 59.329.596,71.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 101.736.172,00 (cento e um milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e setenta e dois reais), está dividido em 101.736.172 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31.12.2022, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 966.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba cujo saldo aguarda apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.

c) **Reservas de reavaliação:** Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.

d) **Lucro (prejuízo por ação):** O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

18. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados,

novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de complementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia, conforme controles e resposta de carta de circularização, à Fundação Alpha em 2022 foi de R\$ 2.160.453,34 (R\$ 1.889.232,63 em 2021) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano.

	2022	2021
Reservas Matemáticas	216.597.957,28	202.134.587,28
Superávit Técnico Acumulado	5.120.704,16	4.954.449,83
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	<u>166.254,33</u>	<u>(5.503.095,56)</u>

19. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

a) **Composição dos Saldos:** Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 estão identificados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
	Circulante	Circulante
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	45.659.082,19	20.931.729,94
Contas a receber de clientes	36.404.565,75	35.520.058,95
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(24.847.435,84)
Outras contas a receber	6.504.549,92	1.813.629,94
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	8.356.260,08	10.807.679,37
Contas a pagar	23.711.343,49	15.338.113,44
Outras contas a pagar	8.744.593,75	9.878.736,91

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da URBS – Urbanização de Curitiba S.A., abaixo assinados, assistidos pela empresa BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, tendo examinado as demonstrações financeiras pertinentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, e conforme relatório da auditoria independente, são de parecer que os referidos documentos contábeis foram elaborados segundo a legislação em vigor, merecendo consequentemente, a aprovação dos Senhores Acionistas.

Curitiba, 14 de abril de 2023.

EDICLEUSA MEDEIROS ALVES
Conselheira Fiscal

LUCIANO VIDA DAL NEGRO
Conselheiro Fiscal

HUMBERTO LEVIS DE BITTENCOURT
Conselheiro Fiscal

ELISANGELA TRAJINO DA SILVA
Conselheira Fiscal

CLAUDIA REJEANE F. C. CORREA
Conselheira Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à URBS – Urbanização de Curitiba S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação Riquixá

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, desde 2017 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, no contexto da Operação Riquixá, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública e que envolvem as concessionárias do serviço de transporte público do Município de Curitiba, ex-executivos e executivos das empresas vencedoras do referido certame e da Companhia. O valor de causa em 2018 estava estimada no montante de R\$ 8.657.236.823,29, sendo que essas investigações ainda se encontram em andamento, as quais culminaram a impetração de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Paraná que requer entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, não havendo como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida ação e por quaisquer desdobramentos e suas conseqüências futuras que, segundo informações dos assessores jurídicos da Companhia, não há previsão de término da ação, nem grau de certeza sobre o resultado, pois ainda não há manifestação do mérito da demanda. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. Entretanto, considerando a complexidade de determinadas circunstâncias, consideramos necessário comunicar os principais assuntos de auditoria em nosso relatório.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Contas a receber de clientes e mensuração do valor recuperável do contas a receber (Nota 5 às demonstrações financeiras)</p> <p>Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras número 5, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta saldo de contas a receber no montante de R\$ 36.404.565,75 (R\$ 35.520.058,95 em 2021), dos quais R\$ 29.460.875,46 R\$ 28.556.642,51 em 2020), são oriundos de valores relacionados aos Permissoários de Equipamentos Públicos administrados pela Companhia e R\$ 6.943.690,29 (R\$ 6.963.416,44 em 2021) são relacionados a contas a receber decorrentes de planos comunitários de pavimentação e saneamento. Além disso, o saldo da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD contabilizada em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 24.847.435,84 (idem em 2021) passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2018. Nesse sentido, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, a partir de 2018 a Administração da Companhia revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber.</p> <p>Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de "perda incorrida" para o conceito de "perda esperada" e, por esse motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.</p>	<p>Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no CPC 48 – Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração.</p> <p>Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do <i>Aging list</i> do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.</p>

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão para litígios e demandas judiciais (Nota 16 às demonstrações financeiras)</p> <p>Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras número 16, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta provisão para contingências das ações em que é parte, cujos processos são de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa inerentes ao curso normal das suas atividades, no montante de R\$ 59.329.596,71 (R\$ 35.858.506,06 em 2021), sendo que durante o exercício de 2019 e de 2020, foi concluído parcialmente os trabalhos de levantamento e catalogação das ações em que a Companhia é parte, que ocasionou na reclassificação do risco jurídico de parte significativa dessas ações.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento na avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes e ao impacto que o montante envolvido poderá ter nos resultados da Companhia, se as potenciais exposições nestas causas forem materializadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.</p> <p>Ademais, durante o exercício de 2020 e 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas provisões, com efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e, consequente, com reflexos no exercício de 2022 principalmente relacionados a ações trabalhistas e cíveis.</p> <p>Além disso, esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências e relatórios dos assessores jurídicos da Companhia; (b) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte; e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.</p> <p>Além disso, avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave existentes relacionados à determinação das estimativas para provisionar ou divulgar os valores em conformidade com expectativa de perdas dos litígios e à forma de garantir a integridade e atualização da classificação de risco pela Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia.</p> <p>Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia, obtendo uma amostra de processos, e, com suporte de confirmação de saldos com assessores internos e externos, analisamos a probabilidade de ganho ou perda avaliando a classificação de risco considerada pela Companhia baseada no mérito das causas e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos.</p> <p>Adicionalmente, avaliamos quanto à adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras em relação aos litígios provisionados e aos passivos contingentes.</p> <p>Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para contingências registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 05 de abril de 2.023.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM 519/3

Ediclei Cavaleiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

TBR230420 pdf

Código do documento bad52a33-de28-4c1d-827d-00ab8c99fc42



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2023, 23:49:36

Documento bad52a33-de28-4c1d-827d-00ab8c99fc42 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-19T23:49:36-03:00

19 Apr 2023, 23:50:14

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2023-04-19T23:50:14-03:00

19 Apr 2023, 23:50:54

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.7.113 (bfb10771.virtua.com.br porta: 18592). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2023-04-19T23:50:54-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f5f39f22aa9f4377ad7d6314f3f767625a93577235dd6dd1949db5b0f92b79ca

(SHA512):fcf1881700e3edd8e5a54107de4a51773ed8afc39030e93f62f5c29f8924bc554f50d7b2a4de8f8f0a41e1c7942960d998927b4d27acb36e16e2f6286964dd14

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign